

Collor sancionará hoje sem vetos o Orçamento da União

JORNAL DE BRASÍLIA

27 FEVEREIRO 1992

O presidente Fernando Collor deverá sancionar hoje, sem vetos, o projeto de Orçamento Geral da União para 1992. Apesar de orientado pelos técnicos do Ministério da Economia a efetuar vários vetos, o presidente decidiu sancionar na íntegra o projeto, que estima a receita e fixa as despesas da União em Cr\$ 487 trilhões a preços médios de 1992. O projeto será publicado na edição de amanhã do **Diário Oficial** da União.

O presidente optou por não vetar o projeto para evitar o risco de paralisar vários projetos de interesse do Executivo, porque os vetos — por lei — não poderiam se restringir a projetos ou atividades específicas, mas sim a um conjunto de atividades do Governo. Os técnicos da área econômica sustentam

que o aumento de receita incluído no projeto pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso é inconstitucional. Os deputados e senadores “aumentaram” a receita em Cr\$ 5,6 trilhões a preços de 1992, por entenderem que os cofres federais terão mais recursos depois da implantação da reforma tributária, aprovada em dezembro pelo Congresso. Os parlamentares aumentaram, também, a receita das estatais com base no plano do Governo, de dar um aumento médio de 17% nas tarifas públicas.

O Presidente não vetou o projeto do OGU, mas a execução orçamentária promete ser muito rigorosa. “Os únicos projetos que terão recursos assegurados são aqueles prioritários, que constam no Plano Plurianual de Aplicações”, disse on-

tem um assessor da Secretaria do Planejamento. Entre estes projetos estão o dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs), saúde pública, projeto de modernização industrial e ciência e tecnologia.

Ainda este mês, a Secretaria do Planejamento enviará a cada ministério uma previsão de arrecadação do Governo Federal para cada trimestre. Os ministérios terão que adequar seus investimentos e despesas com custeio ao quadro de arrecadação traçado pela área econômica. Em vez do contingenciamento posto em prática pela equipe da ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, a Seplan vai obedecer a uma “lógica macroeconômica”, que tem como meta um superávit fiscal do OGU, este ano, de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB).